

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) – Comunicação de**

Líder: Boa tarde a todos e a todas, falo aqui em nome da nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, Ver. Oliboni, Ver. Adeli e Ver. Comassetto. São muito assuntos nesta quarta-feira, vou tentar falar nesses cinco minutos sobre três deles. O primeiro, é que, neste momento, neste dia, o Ver. Alex já comentou, estamos vivendo um dia histórico, um dia em que toda a área do ensino, toda a área do aprendizado e da educação do Brasil está mobilizada contra os

cortes do governo Bolsonaro. Bolsonaro está roubando o futuro do Brasil ao fazer esses cortes. Neste dia de mobilização, quero aqui aproveitar, já que estamos ao vivo, durante todo o dia e final da tarde, haverá, inclusive, manifestações na Faculdade de Educação, na UFRGS, que se dirigirão até a Esquina Democrática de Porto Alegre. Então fica o convite para todos, mesmo para aqueles que votaram neste governo e que agora percebem que essa suposta mudança, na verdade, foi um grande retrocesso para o Brasil. Ainda há tempo de rever isso, mas só se fará através da mobilização popular, da sensibilização que pode ser feita no Congresso Nacional para segurar esse desgoverno Bolsonaro.

O segundo tema, é um tema local que o Ver. Alex Fraga, nosso companheiro do PSOL, também já abordou aqui e que ontem foi abordado na Comissão de Direitos Humanos. Numa total insensibilidade, eu ainda não entendi se foi uma decisão do prefeito ou se foi uma decisão da secretária Nádia, nossa colega aqui da Câmara, foi feita a interrupção do fornecimento de alimentos no Restaurante Popular, da semana passada, e retomando de forma precária e emergencial através desse caminhão que está ali no Ginásio Tesourinha. Realmente, é uma decisão de total insensibilidade. E depois, nas declarações, inclusive, criminalizando os moradores de rua, dizendo que os moradores de rua só têm o direito de circularem pela cidade com as suas mochilas e nada mais. Ontem, na reunião da Comissão de Direitos Humanos, o diretor de direitos humanos trouxe dados que ficam muito claros, sobre as pessoas que ali se alimentam: das 600 refeições diárias, 225 são para idosos. As pessoas idosas, que não têm condições de pagar um restaurante de um valor maior, se socorrem do Restaurante Popular, do bandejão, para poder se alimentar com o mínimo de dignidade, pelo menos uma vez por dia. Cento e sessenta e seis pessoas, nesse censo que o diretor de direitos humanos fez, são trabalhadores e

trabalhadoras da Cootravipa, pessoas que se dispõem a recolher os resíduos que a cidade produz. E cento e setenta pessoas, em média, são moradores de rua. Então, vejam, a Prefeitura está colocando aqui que idosos, trabalhadores da Cootravipa e outras pessoas que vão ali, não deveriam ir, Ver. Oliboni. Como se alguém fosse para uma fila, junto com pessoas em situação de rua, para se beneficiar ou se aproveitar que o restaurante fornece alimentação a R\$ 1,00. Então nós pedimos fortemente que a Prefeitura reveja esses critérios, porque a ideia da mudança da política pública é vincular somente à população adulta em situação de rua, fornecer alimentos apenas para esses e não para os idosos, e não para os trabalhadores em geral que não tenham condições de se alimentar. Então, foi nosso pedido, ontem, na comissão, alguns vereadores que participaram estão aqui, o Ver. João Bosco Vaz inclusive fez uma sugestão, colocou a questão do Tesourinha, onde ali se desenvolvem outras políticas públicas de atenção aos idosos, às pessoas que têm esse lugar como um lugar de convivência, de atividade física e agora estão tolhidas, parcialmente, disso porque estaria instalado esse restaurante com essa carreta emergencial.

Neste último minuto, eu queria dialogar aqui com o Ver. Nelcir Tessaro, com o Ver. Ver. Hamilton Sossmeier que está atento ao tema, essa problemática que pode ser uma solução, mas também traz os seus problemas que é o uso dos patinetes elétricos em Porto Alegre. Antes de os patinetes chegarem aqui, nós, no nosso mandato já atento aos temas ligados aos patinetes, protocolamos uma possibilidade de regulamentação vinculada principalmente à questão da velocidade e aonde os patinetes podem andar na cidade de Porto Alegre. São Paulo, anteontem, fez essa regulamentação, nós entendemos equivocada, às pressas, e hoje acordamos, Ver. Mendes Ribeiro, com a notícia de que a Prefeitura está dando mais prazo para as empresas, 90 dias, e logo em seguida vai querer regulamentar, Ver. Idenir Cecchim.

Eu acho que, aqui, apesar do projeto ser da nossa autoria, eu faço um pedido, Ver. Nelcir Tessaro, V. Exa. que já fez emendas ao projeto, e ao demais vereadores e vereadoras desta Casa, nós podemos deixar para o Executivo regulamentar, não tem nenhum problema disso, o Executivo, se faz assim, está ignorando que temos aqui tramitando um projeto de lei com emendas, e que podem vir outras, nós não somos o dono da verdade, é uma política pública bem vinda, é bom que as pessoas se locomovam de forma ativa na cidade, tentando minimizar os problemas, mas me parece que é o caso aqui de a Câmara

dar um grito de independência e de dizer: Sr. Prefeito, é um tema tão importante que nós queremos discutir no Parlamento do Município. A regulamentação feita exclusivamente pelo Executivo de São Paulo – estou para ver, como ela é recente, tem dois dias, ainda não posso avaliar – tem equívocos grotescos, inclusive contrários ao que diz o Código de Trânsito de onde os patinetes devem andar. Foi mal feito, porque foi feito apenas pelo Executivo. Então é um convite que nós aqui aprecemos, se os vereadores quiserem, protocolem as emendas, vamos abrir uma discussão, talvez uma audiência pública para tratar do tema e vamos cumprir o papel que é o papel, sim, deste Parlamento da capital gaúcha. Obrigado.

(Texto sem revisão final.)